

Perspectivas Feministas para a Pesquisa em Linguística Aplicada

Andreia Sanchez Moroni

Some ways of doing science are more feminist than others.

Joey Sprague e Mary K. Zimmerman, “Overcoming Dualisms”, p. 57.

Como Chegamos até Aqui: Brevíssimo Histórico dos Espaços Acadêmicos e do Feminismo

Este capítulo *não* pretende fazer uma revisão extensiva da teoria feminista ou da história do feminismo, mas sim trazer uma discussão sobre as possibilidades de se trabalhar, na Linguística Aplicada (LA), com o que hoje se reconhecem como metodologias feministas de pesquisa de acordo com o proposto por Sprague e Zimmerman (2004). Assim, retomarei alguns aspectos teóricos e históricos para propor essa reflexão.

Nunca é demais lembrar que o feminismo, como movimento social, surgiu das demandas das mulheres por condições mais equitativas e justas na sociedade. Dentro das ciências sociais e humanas, a teoria feminista (Sprague; Zimmerman, 2004; Ribeiro, 2019) se desenvolveu de forma a gerar conhecimento para entender melhor essas disparidades e promover as mudanças necessárias para uma sociedade mais equitativa.

Entender o que são metodologias femininas de pesquisa ou a proposta de uma epistemologia feminista implica, portanto, revisitar a trajetória das mulheres na história da ciência e em espaços acadêmicos e que lugar puderam ocupar, até hoje, como pensadoras, pesquisadoras ou produtoras de um conhecimento considerado legítimo. Nem sempre houve presença feminina nesses espaços e as regras do jogo do pensar e avançar científico foram forjadas *antes* de que elas participassem de modo significativo na academia.

Seria adequado reconhecer que o espaço ao qual as discussões acadêmicas dizem respeito, embora seja de grande prestígio, é restrito. Pensamos a academia, a produção de conhecimento e o que chamamos de “avanços científicos” dentro de um cânon ocidental, pautado numa tradição escrita, em que as ideias célebres têm autores e donos. Os donos das ideias devem registrá-las por escrito, torná-las públicas (publicar) e ser

mencionados por aqueles que as discutem (citados). Há uma lógica, portanto, relacionada com a propriedade individual (ou privada), com o acesso ao espaço público e também com o próprio sistema capitalista, se pensamos nas patentes resultantes de pesquisa que logo se convertem em insumos, vacinas, produtos, métodos e plataformas de ensino de idiomas, para citar alguns exemplos explorados comercialmente.

Embora possam ser vistos como formas de promover nosso avanço como sociedade, coletivamente, esse sistema e essa lógica são excludentes: excluem os saberes coletivos, o conhecimento detido por sociedades de tradição predominantemente oral (e os linguistas saberão que mais da metade das línguas do mundo não dispõem de um sistema escrito) ou os grupos mais vulneráveis economicamente, que podem não ter meios de participar dessa discussão (ou não chegar a se beneficiar dos avanços e inovações gerados por esse sistema de produção do conhecimento para nos tornar uma “sociedade melhor”). Como em toda estrutura social, da qual a academia não se isenta, há concentração de poder em certos grupos (Foucault, 2004).

A tradição acadêmica ocidental foi, até não muito tempo atrás, um terreno quase exclusivo de cientistas e pensadores homens. Embora o acesso das mulheres à educação superior e sua presença nas ciências venha aumentando ao longo dos anos, não seria descabido pensar que o protagonismo na academia continua a ser exercido por pesquisadores do gênero masculino, mesmo após o século XX. Se temos dúvidas, conhecer o número de homens e mulheres que receberam o Prêmio Nobel pode servir de indicador: o prestigioso prêmio em diferentes áreas das ciências, outorgado desde 1901, premiou 962 cientistas até 2020 – dos quais apenas 57, ou 6%, são mulheres (“Mulheres no Prêmio Nobel 2020”, 2020).

Para entender como e por que uma metodologia de pesquisa feminista chega a ser proposta, e o que essa abordagem reivindica, precisamos nos perguntar qual é o papel das mulheres na ciência, ou, talvez, por que estiveram ausentes por tanto tempo desses espaços. Em linhas gerais e em termos de gênero, até o século XIX as sociedades ocidentais se organizavam de modo que aos homens correspondia o espaço público, político, das decisões econômicas e patrimoniais fora de casa, as quais requeriam objetividade (uma característica atribuída ao que é considerado “masculino”), e às mulheres correspondia o espaço doméstico, do cuidado com os outros de seu entorno, das relações afetivas. Como explica Engel (2015):

Uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-a ao homem identificado à cultura. Retomada por um “velho discurso” que tentava justificar as teorias e práticas liberais – que, embora comprometidas com o princípio da igualdade, negavam às mulheres o acesso à cidadania, através da ênfase na diferença entre os sexos – tal imagem seria revigorada a partir das “descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão *versus* mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos” (Perrot, 1988, p. 177). (p. 332)

Assim, mesmo quando passam a ter maior presença no espaço público – seja na política, no mercado de trabalho, nas escolas e universidades –, às mulheres ou ao modo

de ser e de estar no mundo “feminino” era atribuída uma série de valores e ideologias que qualificavam sua visão de mundo e entendimento – ou seu lugar de fala (Ribeiro, 2019) – como menos válido e menos adequado ao saber científico e à produção de conhecimento.

Enquanto isso, cientistas e pensadores homens continuaram, ao longo do século XIX e boa parte do século XX, a ser os principais responsáveis pelos assuntos acadêmicos. A razão e a objetividade, características atribuídas ao “masculino”, foram as bases de uma das principais correntes e formas de se produzir conhecimento nas ciências sociais até hoje: o positivismo. Nessa escola, as metodologias de pesquisa se inclinam a gerar e coletar dados concretos, mensuráveis, a partir de fatos objetivos e observáveis. Para manter a objetividade, o pesquisador não deve interferir nos fenômenos que observa, assumindo uma postura neutra, não intervencionista e distante dos sujeitos de pesquisa.

Desse modo, as poucas mulheres que chegavam a ter formação suficiente para se inserir no debate científico se encontravam com essas bases epistemológicas positivistas, cunhadas a partir de uma visão de mundo masculina. Antes de que fosse possível fazer uma crítica a essa epistemologia, era necessário inserir-se nela e conhecê-la para construir as bases de um contraponto. Por isso, ao entender o positivismo como uma visão de mundo patriarcal, uma das bases das epistemologias feministas consiste na crítica às abordagens positivistas e em propor alternativas que acolham os aspectos considerados “femininos” nas possibilidades de se fazer pesquisa e produzir conhecimento (Sprague; Zimmerman, 2004).

Além dos possíveis “femininos” que a teoria feminista busca trazer para a discussão acadêmica, outra de suas contribuições fundamentais consiste em reconhecer a pluralidade de condições da mulher a partir da seccionalidade. Em outras palavras: embora as mulheres sejam ainda um grupo minorizado, sua condição individual e lugar de fala diferem de acordo com outros grupos sociais aos quais pertencem segundo sua raça, nacionalidade ou etnicidade, orientação sexual, renda etc. (Ribeiro, 2019).

Assim, eis a mensagem importante da teoria feminista e de sua aplicabilidade na LA: a teoria feminista não é só sobre as mulheres, mas aborda um âmbito mais amplo, dizendo respeito às populações minorizadas em geral. Se a discussão científica foi construída por séculos a partir de uma epistemologia patriarcal, utilizada tanto por homens como por mulheres, seria igualmente absurdo pensar que a teoria ou as perspectivas feministas servem apenas a pesquisadoras mulheres. Como apresento a seguir, diversas correntes de pesquisa dialogam com pressupostos feministas numa série de aspectos.

Nem Tudo é Tão Rompedor: Diálogos das Epistemologias Feministas com a Linguística Aplicada

Já no século XXI, com mais alguns passinhos dados nessa trôpega história da ciência, quando analisamos as contribuições da teoria feminista nas ciências sociais (Sprague; Zimmerman, 2004; Ribeiro, 2019) e, por extensão, na LA, o que encontramos não é exatamente uma proposta de ruptura. Embora não seja por falta de rancor histórico

ou pelas virtudes de perdão das mulheres, ao nos debruçarmos sobre as teorias e metodologias feministas é possível dar-se conta de que diversos pontos de suas reivindicações correspondem a ideias e discussões que vêm ajudando pessoas que pesquisam em LA a entenderem e fazerem seu trabalho. A seguir, listo alguns dos principais pontos em comum que pude identificar.

O Olhar para os Grupos Minorizados, as Margens, as Periferias

Conforme se mencionou, a teoria feminista (Ribeiro, 2019; Sprague; Zimmerman, 2004) advoga por uma participação mais equitativa dos grupos minorizados – não apenas de gênero – nos espaços de poder, como forma de construir uma sociedade mais justa, e está comprometida com o empoderamento desses grupos.

Nesse sentido, está alinhada com a LA brasileira, que busca “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (Moita Lopes, 2006b, p. 14), e vem produzindo reflexões sobre temas como preconceito linguístico (Bagno, 2007); as especificidades da educação de grupos indígenas (Maher, 1996); novas possibilidades de vitalização de línguas indígenas ameaçadas (Rubim, 2016); a forma de falar das minorias afrodescendentes (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009); como ensinar português aos grupos de migrantes internacionais que se estabelecem no país, de modo que possam inserir-se na sociedade, no que se conhece por português como língua de acolhimento (PLA) (Bizon; Diniz; Camargo, 2020; Souza; Silva, 2020); como conciliar as tensões históricas nas políticas internacionais de gestão da língua portuguesa no mundo (Moroni, 2021a); ou como apoiar e assegurar a transmissão linguística intergeracional nos contextos em que o português é língua de herança (logo, minoritária) em diversos pontos do mundo, apenas para citar alguns exemplos.

Essas vertentes da LA brasileira pretendem, ainda, dialogar com outros pensadores e pesquisadores dos países em desenvolvimento. O propósito de tal abordagem está em gerar conhecimento específico sobre a realidade em que atuam. Com isso, buscam propor novos olhares ao posicionamento hegemônico na produção de conhecimento dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, nas chamadas “Vozes do Sul” (Santos, 2003).

Crítica ao Positivismo

Em termos de metodologia e desenho de pesquisa, um ponto ao qual a teoria feminista dá muita ênfase está na crítica ao dualismo positivista (Sprague; Zimmerman, 2004). Como explicado anteriormente, tal ótica pode ser atribuída a uma visão patriarcal de mundo. A crítica de Sprague e Zimmerman (2004), contudo, não se fundamenta na trajetória sócio-histórica sobre a presença das mulheres nos espaços acadêmicos que abordei, a qual poderia justificá-la. As autoras se centram numa crítica ao dualismo positivista, que trabalha com oposições como as de objeto/sujeito; racional/emocional; abstrato/concreto; qualitativo/quantitativo. Para elas, tais oposições expressam tensões que devem ser integradas na pesquisa, e a pesquisa social, como na LA, deve ser

entendida como um fazer coletivo e processual. Integrá-las é parte do que as metodologias feministas propõem.

A crítica à pesquisa positivista e as afinidades com teorias que dissolvem e se contrapõem aos dualismos, no entanto, não são exclusividade das abordagens feministas ou mesmo de correntes da LA. Os dualismos, aliás, não refletem bem diversos aspectos da pós-modernidade e das sociedades contemporâneas, que se tornaram mais complexas, móveis ou líquidas, como descreve Bauman (2005).

Por exemplo, as discussões de gênero podem ter muito mais gradações para as possibilidades de identificação dos sujeitos do que apenas “homem” ou “mulher”, assim como sua sexualidade: estes são, agora, apenas dois extremos (que podem se tocar) e aos quais se agregam nuances como cisgênero, transgênero, agênero; homossexual, bissexual, assexual etc. As religiões e crenças já não são necessariamente algo com que se nasce e se morre, é possível a conversão ou a desvinculação de grupos religiosos. O casamento deixou de ser “até que a morte os separe”, e o divórcio tem se tornado algo cada vez mais simples – as pessoas se casam, descasam, recasam ou simplesmente não casam. As migrações dão novos significados ao que é a “nacionalidade” – em muitos casos, um trâmite que permite regularizar diversos aspectos da vida administrativa, ao qual não necessariamente corresponde um sentimento de identificação e pertencimento.

Podemos mencionar, como ideias que se opõem aos binarismos, da mesma forma que a teoria feminista, as teorias da pós-modernidade (Bauman, 2005; Hall, 2011), as que visam entender a superdiversidade – caracterizada por mobilidade, complexidade e imprevisibilidade, segundo Blommaert (2013) –, ou a *complèxica* da sociolinguística catalã (Bastardas-Boada; Massip-Bonet, 2013; Massip; Bastardas, 2015). Esta última consiste numa abordagem transdisciplinar que pode ser aplicada aos estudos da linguagem e que, entre outros pontos, se empenha em desconstruir conceitos binários, revê as relações entre parte e todo e considera aspectos cognitivos, os quais incluem percepção, emoção e ação, como parte dos sistemas a serem estudados – estando, portanto, muitíssimo alinhada à teoria feminista.

Dentro da LA, a desconstrução de binarismos pode ser vista, por exemplo, no caso dos cenários plurilíngues e de línguas de herança, que pedem a dissolução de conceitos como “falante nativo” × “falante de língua estrangeira”; no entendimento de que “bilinguismo” não equivale a ter competências iguais em cada língua; de que um sujeito bilíngue não é a soma de dois falantes monolíngues (Maher, 2007); ou no próprio conceito de translinguagem (García, 2009; Canagarajah, 2013), entre outros.

Preferência pelas Metodologias Qualitativas

A teoria feminista (Sprague; Zimmerman, 2004) reivindica, ainda, uma preferência pelas metodologias de pesquisa qualitativas ou mistas em detrimento das metodologias puramente quantitativas. Embora a crítica ao positivismo seja explícita – e pode-se dizer que as abordagens positivistas se inclinam por metodologias quantitativas –, as justificativas para esse posicionamento vão além da possível crítica

ideológica, estando amparadas na própria discussão metodológica sobre como elaborar um desenho de pesquisa (Dörnyei, 2007).

Como se explicou, a teoria feminista busca trazer entendimento sobre as questões enfrentadas pelas minorias numa estrutura de produção de conhecimento que historicamente as deixou às margens. Logo, uma parte significativa dos problemas de pesquisa feministas pode ser entendida como questões novas, sobre as quais ainda não há um conhecimento estabelecido. Nesses casos, quando o estudo pode ser considerado de caráter exploratório ou é necessário aprofundar o entendimento das questões levantadas antes de se partir para a generalização (ou para um desenho de pesquisa e levantamento de dados de caráter quantitativo), uma metodologia qualitativa é considerada mais adequada. Entre elas, destacamos as de cunho etnográfico, que incluem trabalho de campo com observação participante, entrevistas e pesquisa documental, como propõem Ataídes, Oliveira e Silva (2021).

Sprague e Zimmerman (2004) argumentam que as metodologias quantitativas não dão respostas adequadas aos problemas de pesquisa feministas. Por exemplo, um questionário que inclua a pergunta “Você já sofreu violência de gênero?” ou “Você já sofreu violência patrimonial?”, com respostas fechadas de “sim” e “não”, cujo objetivo é, hipoteticamente, identificar em que grupos de mulheres há maior incidência desses problemas, pode não ser capaz de detectar algo fundamental: que talvez haja grupos que não sabem o que é violência de gênero ou violência patrimonial. Em contrapartida, uma metodologia que inclua entrevistas semiestruturadas permitiria chegar a esse diagnóstico anterior. Se considerarmos que tal pesquisa irá fundamentar o desenvolvimento de políticas públicas sobre o combate à violência de gênero, é possível que os grupos mais vulneráveis não estejam mapeados corretamente – pois, ao não saber o que é, a entrevistada pode simplesmente responder “não”.

De modo similar, ao estudar entornos plurilíngues complexos e heterogêneos, ou a transmissão linguística intergeracional familiar, como pessoas que pesquisam na LA, devemos suspeitar do que os dados de metodologias quantitativas irão nos revelar ao elaborar perguntas como “com que frequência você fala a língua X com seu filho?”, ou, no caso de proporcionar alternativas de múltipla escolha como resposta, achar que é possível que uma das alternativas seja “sempre”. Essas perguntas são capazes de dar respostas válidas a nossos problemas de pesquisa? Cabe lembrar que perguntas fechadas, aparentemente “objetivas”, continuam a gerar dados sobre a representação (Hall, 2011) que quem responde tem sobre o uso de línguas, e não sobre como esses usos se dão na realidade.

Em minha pesquisa sobre o português como língua de herança (PLH) na Catalunha (Moroni, 2017), com dados gerados, principalmente, a partir de entrevistas individuais com pais e mães de crianças de origem brasileira, concluo ser impossível que esses adultos plurilíngues (a maioria com alta escolaridade e muito comprometida com a transmissão do português aos filhos) usem apenas o português com as crianças (que costumam ter um repertório plurilíngue mais amplo que o dos pais). Entre outros pontos, os participantes foram incapazes de usar exclusivamente o português num entorno muito controlado e propício para uso dessa língua, como o momento da entrevista. Desconstruir o mito de que a mãe (geralmente) ou o pai deve falar sempre a

sua língua materna com o filho (ou a abordagem “*one parent, one language*” – ver Caldas, 2012), e que irá conseguir fazer isso, foi algo que apenas os dados gerados por abordagem qualitativa puderam me proporcionar.

A partir dessa constatação, a questão se trasladou, com esses e outros resultados de pesquisa, para a arena do ativismo e das políticas linguísticas em ações voltadas para as famílias que mantêm o PLH no mundo. Nesse universo, muitas mães se sentem frustradas e culpadas por não conseguirem falar apenas em português com os filhos – e fracassadas quando as crianças não lhes respondem em português. Sendo o PLH um campo novo no momento que a pesquisa foi realizada, esta era uma questão que não havia sido diagnosticada anteriormente, e que uma metodologia qualitativa permitiu trazer para as discussões posteriores.

Pesquisa Situada

Outro ponto da crítica ao positivismo, reivindicado pela metodologia feminista, embora não seja exclusivo a ela, consiste em se realizar a pesquisa com base em uma *perspectiva situada*. Isso significa deixar para trás a ideia do pesquisador distante, objetivo, que não interfere na realidade pesquisada, e buscar uma observação ou convivência em campo que permitam acompanhar em tempo real, de modo contextualizado e profundo – no sentido de se obter uma riqueza de detalhes para a análise –, as pessoas, ambientes e situações pesquisadas (Garcez; Schulz, 2015).

Quando se trata de fazer pesquisa com pessoas, numa perspectiva de algum modo social, como os usos da linguagem, pode-se argumentar que a não interferência no campo é uma utopia. Afinal, o pesquisador ou pesquisadora é uma pessoa que *está ali junto de outras pessoas*. Como sinaliza Maher (1996), nossa própria presença determina o que os sujeitos participantes da pesquisa nos dizem ou não. Logo, é possível, já há algum tempo, reivindicar o lugar do pesquisador como o de alguém que é parte atuante da realidade pesquisada, buscando inclusive transformá-la (Signorini, 2008) – o que parece ser uma formalidade se entendemos que a não interferência positivista é impossível, mas que, como explico a seguir, pode ter outras várias implicações quanto aos dados gerados e processos de análise.

Por exemplo, caso se opte pela observação de campo como um dos métodos de geração de dados, há uma grande diferença entre estar quieto num canto, olhando o que acontece e tentando passar despercebido, ou participar da situação observada e interagir com quem está ali – no que também se conhece como “observação participante”. No caso das entrevistas semiestruturadas, estabelecer um diálogo e fazer bom uso dos turnos de fala pode ser diferente de apenas fazer as perguntas, esperar que o interlocutor fale e sinalizar os pontos que se desejaria que ele ou ela aprofundasse. Mesmo no caso da aplicação de questionários, quando se deve abordar os participantes nas interações presenciais – o que não é o caso dos questionários online –, pode haver uma grande diferença se, no caso das perguntas sobre violência de gênero mencionadas na seção anterior, o aplicador do questionário for sensível o suficiente para detectar que a pessoa interlocutora não sabe o que é “violência de gênero ou patrimonial” e puder

explicar no que consiste, o que faria com que as respostas coletadas fossem bastante mais exatas.

Em resumo: a perspectiva situada pode ser utilizada com diferentes métodos de geração de dados – questionários, entrevistas, observação – e pode impactar significativamente os dados gerados e os resultados obtidos com a pesquisa. Dependendo do contexto, usar uma perspectiva situada pode ajudar tanto a gerar dados mais fiáveis (como no exemplo do questionário) como a chegar a respostas mais relevantes para nossos problemas de pesquisa, ou nos conduzir a novas perguntas que não havíamos considerado inicialmente.

Ativismo e Militância

Como já dito, diversas correntes mencionadas têm uma preocupação em promover a transformação social, trazendo mais entendimento para nossos problemas sociais e buscando soluções a eles. Além desses grupos de pesquisadores, quem costuma compartilhar tal tipo de preocupações são ativistas. Ainda na linha de desconstruir a objetividade positivista, cada vez é mais comum e possível conciliar os interesses de pesquisa com posicionamentos ideológicos – não necessariamente feministas, mas em relação a causas diversas. A justificativa de que a conciliação é possível está, novamente, em que, na pesquisa qualitativa de cunho social, como na LA brasileira, uma parte importante dos resultados obtidos depende da análise do pesquisador. Ao reconhecer isso, aceitamos que todos temos nossas próprias ideologias e visões de mundo, o que, na prática, torna impossível fazer uma análise objetiva conforme propõem os paradigmas positivistas. Ou, como explica Rajagopalan, “Já é hora de [...] aceitar o fato de que alguma forma de militância na causa daqueles cujas vidas pesquisamos não é algo que talvez possamos abraçar depois de concluir nossos trabalhos como pesquisadores, mas algo que deve ser visto como uma parte e o próprio terreno de nosso trabalho” (Rajagopalan, 2012, p. 86)¹.

A LA brasileira se declara, aberta e claramente, “mestiça e ideológica”: propõe-se a abordar a linguagem em um contexto social, o que só pode ser feito com uma reflexão sobre as questões de poder, as ideologias e hegemonias existentes no cenário que se deseja estudar (Moita Lopes, 2006a) – algo que concorda bastante com a teoria feminista (Sprague; Zimmerman, 2004).

Desse modo, assumir abertamente a militância, ou vincular a pesquisa a ela, não é uma exclusividade feminista, nem exatamente uma novidade para quem pesquisa em LA.

Questões Cotidianas e Vida Doméstica em Foco

1. As citações em língua estrangeira foram traduzidas por mim. No original: “It’s time we [...] accepted the fact that some form of militancy in the cause of those about whose lives we conduct our research is not something we might embark on after we have done our jobs as researchers, but something that must be regarded as part and parcel of our very jobs”.

Por último, dentro daquilo que as metodologias feministas reivindicam – mas que não é exatamente novo – está a vida doméstica: “uma das grandes contribuições da sociologia feminista consiste em trazer à luz e examinar a vida doméstica” (Sprague; Zimmerman, 2004, p. 42)². Se, como foi explicado, o espaço de atuação, de pensar e de criar dos homens tem sido, por excelência, o espaço público, sendo que tudo o que era da esfera doméstica (e feminina) era tido como menos importante, não é de surpreender que tenha havido pouco interesse, ao longo da história da ciência, pelas questões da vida privada.

A importância das questões domésticas, no entanto, já entrou no leque de interesses das ciências humanas há certo tempo. Obras como a coleção *História da Vida Privada* (Ariès; Duby, 1989) ou historiografias dedicadas às mulheres (e, em boa medida, ao entendimento da vida doméstica), como a *História das Mulheres no Brasil* (Priore, 2015), ajudaram a reconhecer a importância do âmbito doméstico na academia.

No caso da pesquisa em LA, o âmbito doméstico é de suma relevância e interesse para os estudos de transmissão intergeracional de línguas minorizadas ou o entendimento das dinâmicas das línguas de herança. Não é uma novidade que pessoas que pesquisam tenham se dedicado a entender o que acontece dentro dos lares plurilíngues, e certamente devemos continuar a fazê-lo. Especificamente, a pesquisa de cunho etnográfico (Ataídes; Oliveira; Silva, 2021) se mostra adequada para elucidar o cotidiano.

Explorar esses seis pontos da teoria e das metodologias de pesquisa feministas, e mostrar como já estão bastante presentes em correntes da LA, proporcionam uma base segura para que quem pesquisa e deseja utilizar um enfoque feminista continue trabalhando a partir dessas perspectivas. Espero que, com esse entendimento, essas pessoas se sintam confiantes para se aventurar também pelos caminhos menos transitados que apresento a seguir.

E Alguns Caminhos Que Ainda Precisam Ser Mais Transitados

Como se viu na seção anterior, nem tudo que a teoria feminista propõe consiste numa ruptura ou inovação. Pessoalmente, considero a possibilidade de estabelecer um diálogo acadêmico – dentro das regras do jogo em voga –, sem maiores dificuldades, com outros campos, como um aspecto positivo (mas não positivista!). Se há coincidências com outras correntes teóricas, isso reforça a validade e a importância dos pontos de vista e teorias feministas e o quanto são necessários para avançar com a discussão acadêmica.

No entanto, também vejo a necessidade de ressaltar alguns aspectos que, embora tenham sido mencionados como parte da agenda feminista (Sprague; Zimmerman, 2004), ainda parecem ser incipientes ou pouco explorados dentro das pesquisas em LA a que tenho tido acesso. Ou talvez o que falta seja reivindicá-los – e muito do que a perspectiva feminista propõe é sobre isso: sobre reivindicar outras vias acadêmicas

2. No original: “a major contribution of feminist sociology has been to uncover and examine domestic life”.

como válidas. Fica, assim, o convite para que mais colegas se aprofundem nesses caminhos ainda menos transitados, mas que podem nos conduzir a novos entendimentos de nossos problemas de pesquisa.

Perder o Medo dos Desenhos de Pesquisa Inovadores e Emergentes

Se nosso problema de pesquisa diz respeito a algo ainda pouco explorado, não deveríamos ter medo de pensar o desenho de pesquisa de uma forma um pouco mais inovadora. Pensar o desenho de pesquisa consiste em definir que métodos serão usados (questionários; entrevistas semiestruturadas; observação participante; grupo focal; análise de textos ou outros materiais produzidos pelos participantes da pesquisa, entre outros), como cada um será aplicado, com que frequência (o número de questionários, entrevistas, grupos focais, sessões de observação participante etc. que se irá realizar) e como essas interações serão registradas. Nessa etapa, definimos os critérios de inclusão dos participantes na pesquisa, as perguntas do questionário, do roteiro de entrevista, do grupo focal, pensamos o cronograma, onde e quando faremos a observação participante, como será feito o registro e a análise de dados. Todos esses detalhes importantes irão determinar o tipo de dados gerados e o material de que iremos dispor para análise. Assim, eles determinam aspectos bastante importantes da pesquisa.

Quando um principiante começa a aventura de um trabalho de campo e se vê diante de todas essas questões, é habitual não se sentir completamente seguro sobre o desenho de pesquisa. Também é normal, nesse processo, espelhar-se nos métodos que colegas mais experientes utilizaram para questões paralelas às nossas de forma satisfatória, ou seguir os passos de pessoas doutoradas cujas teses lemos e gostamos. Além do mais, é possível que essas sejam as recomendações recebidas do orientador ou orientadora. Como inovar ou trabalhar de forma emergente, então, e sentir-se seguro de estar fazendo a coisa certa?

Abertura e adaptabilidade para ouvir as perguntas de pesquisa com novas informações (com parte dos dados gerados, por exemplo) é o que caracteriza o desenho de pesquisa emergente e a própria pesquisa etnográfica, que deve trabalhar com técnicas e procedimentos que não seguem padrões rígidos ou predeterminados (Ataídes; Oliveira; Silva, 2021). Como explica Dörnyei (2007), em sua obra sobre métodos de pesquisa em linguística aplicada, “nenhum aspecto do desenho da pesquisa está estritamente preestabelecido, e o estudo permanece aberto e fluido de modo que novos detalhes ou aberturas possam emergir durante o processo de investigação. Essa flexibilidade se aplica inclusive às perguntas de pesquisa, que podem evoluir, mudar ou ser ajustadas ao longo do estudo” (p. 37)³.

Para pensar inovações no desenho de pesquisa, é necessário, primeiramente, ter abertura para trabalhar de forma emergente – e entender que esse processo é normal e

3. No original: “no aspect of the research design is tightly prefigured and a study is kept open and fluid so that it can respond in a flexible way to new details or openings that may emerge during the process of investigation. This flexibility even applies to the research questions, which may evolve, change, or be refined during the study”.

que não necessariamente estamos fazendo tudo errado porque decidimos mudar as perguntas de pesquisa ou propor ajustes na metodologia com o trabalho de campo já iniciado. Essa abertura, ou aquela voz interior que talvez nos diga que deveríamos realizar um grupo focal para obter dados gerados de outra perspectiva, ou tornar mais amplo o critério de inclusão de participantes para agregar certo perfil que parece, agora, faltar, embasa outro dos pontos que a teoria feminista reivindica na hora de pesquisar: a intuição do pesquisador. Não se trata de uma intuição mística, mas dessa espécie de sexto sentido que, no caso do desenho metodológico, pode sinalizar que algo falta ou sobra e precisa de ajustes – são os *insights* que, no momento da análise, podem nos conduzir a um novo lugar, um novo avanço, uma nova base de argumentação (e dar um nome em inglês, língua hegemônica, a esse processo possivelmente ajudará a validá-lo se for necessário descrevê-lo em sua metodologia). A pesquisa de cunho etnográfico, adequada às questões feministas, também sinaliza a importância da sensibilidade, criatividade, intuição e experiência pessoal de quem pesquisa no momento da análise de dados (Ataídes; Oliveira; Silva, 2021).

Pode-se dizer, assim, que a teoria feminista propõe uma visão da pesquisa mais fluida: como fluxo, o processo da pesquisa pode ser amoldado ao recipiente que lhe oferecemos – o desenho da pesquisa –, mas também com a possibilidade de que haja recipientes mais adequados para aquilo que desejaríamos servir como resultado.

Cabe lembrar, no entanto, que continua sendo necessário respeitar e cumprir com rigor os aspectos éticos da pesquisa. Por exemplo, se houve mudança nos critérios de inclusão de participantes ou metodologias de geração de dados junto aos participantes da pesquisa, faz-se necessário notificar o Comitê de Ética, obter nova aprovação e avaliar se são necessários ajustes no termo de consentimento para participar da pesquisa.

Desconstruir os Binarismos nos Critérios de Seleção de Participantes

Com base nos muitos argumentos teóricos e metodológicos que buscam desconstruir os binarismos, este aspecto merece ser mais explorado no momento de se determinar os critérios de seleção dos participantes de pesquisa. Ou seja: definir, de forma não binária ou não homogênea, com que perfis de sujeitos iremos trabalhar. Utilizar critérios de seleção que permitam as heterogeneidades, dentro de nossos problemas de pesquisa, implica ter um conjunto de dados de outra natureza, possivelmente mais inovador e significativo. Tais heterogeneidades podem ajudar a estabelecer contrapontos e encontrar novas perspectivas de análise, o que pode nos conduzir a resultados diferentes, daí a importância deste novo olhar para os critérios de seleção.

Para ilustrar como isso poderia ocorrer, menciono dois exemplos. O primeiro vem de minha pesquisa de doutorado sobre PLH (Moroni, 2017), que buscava conhecer as representações dos adultos de famílias engajadas em transmitir o português brasileiro aos filhos. Nela, um de meus critérios de seleção de participantes era “ser pai ou mãe de uma criança de origem brasileira”. Esse critério contemplava tanto os e as brasileiras como catalães ou pais e mães de outras origens. É uma perspectiva que rompe com a

ideia de que devemos focar, principal ou exclusivamente, os adultos que têm a língua que estamos estudando como sua língua materna – e no binarismo de “falante” × “não falante” da língua em questão.

No caso de minha pesquisa, os dados gerados pelos participantes não brasileiros me permitiram entender muito melhor as representações e ideologias dos brasileiros e traçar conclusões às quais eu jamais haveria chegado se tivesse entrevistado apenas os pais ou mães brasileiros. Entre elas, sobre a importância do papel dos genitores não brasileiros ao apoiar – ou não – a transmissão de uma língua que não é a sua⁴.

Outro exemplo pode ser dado ao se pensar como problema de pesquisa “entender os usos do inglês por alunos de uma escola com currículo bilíngue em inglês e português”, por exemplo. Se a observação participante for parte dos métodos de geração de dados, uma forma de fugir dos binarismos seria observar não só as aulas dadas em inglês, mas as ministradas em português, bem como outros espaços da escola, como o pátio ou refeitório. Ou, se entrevistar os professores que ministram aulas em inglês for parte da metodologia, não se limitar a eles, mas entrevistar também professores que ministram aulas em português ou funcionários da escola que podem ou não usar o idioma-alvo do estudo.

Nos critérios de seleção dos participantes, devemos ter presente, ainda, se é possível trazer mais para o centro de nossas pesquisas – os sujeitos, sua voz, nossa fonte de dados – aqueles que costumam estar às margens, como os pais e mães não nativos no processo de transmissão de uma língua. As possibilidades, no entanto, se desdobram dentro da seccionalidade dos olhares feministas e da sensibilidade de quem pesquisa. Com critérios menos homogêneos de seleção de participantes, pode-se desconstruir binarismos, inovar e estar alinhados com metodologias de pesquisa feministas.

A Subjetividade do Pesquisador e as Emoções em Foco

Além de dar espaço à intuição – ou *insights* – do pesquisador como parte da pesquisa, como mencionado, a teoria feminista coloca a subjetividade do pesquisador e dos participantes da pesquisa, bem como aspectos emocionais, num lugar de destaque. Colocar o foco na subjetividade e nas emoções é mais uma forma de se distanciar dos paradigmas positivistas de pesquisa – e de um referente de pesquisador objetivo e distante de seu objeto de pesquisa.

Pela via feminista, as emoções podem ser reivindicadas como parte do que nos conduziu a nossos problemas de pesquisa: raiva, frustração e indignação podem, sim, ser pontos de partida para as perguntas de pesquisa e servir de motivação ao longo do caminho, se a pesquisa é entendida como algo capaz de trazer ação e transformação social. E isso pode ser relatado nos resultados – dissertações, teses, artigos – como parte do processo.

4. Em minha pesquisa, o conjunto de dados dos pais e mães não brasileiros foi gerado a partir das entrevistas com dois participantes não brasileiros e dos relatos dos brasileiros sobre o outro genitor de seus filhos (ver também Moroni, 2018). Gabriela Horton (2021) se aventurou em aprofundar a discussão sobre o papel dos genitores não brasileiros na transmissão do PLH num estudo com mais participantes. O estudo de Horton corrobora minhas hipóteses iniciais e amplia o entendimento sobre a questão.

Além desses aspectos, a teoria feminista traz para um lugar de muito mais destaque o posicionamento situado dos pesquisadores ao reconhecer que interagem com os participantes da pesquisa inclusive de forma afetiva e emocional. Dados que dizem respeito aos vínculos entre pesquisador e participantes podem, assim, entrar na análise e ser explorados – ou tais vínculos podem ser incluídos como parte da metodologia, pelo posicionamento íntimo, como se explicará na próxima seção.

Ademais, o direcionamento para a subjetividade e as emoções está relacionado às metodologias qualitativas, que permitem “usar as emoções e a autorreflexão como dados”⁵ (Grant; Ward; Rong, 1987, *apud* Sprague; Zimmerman 2004, p. 44). Como explica Flick (2009), em sua obra sobre metodologias de pesquisa, as reflexões subjetivas dos pesquisadores e seus sentimentos também são dados:

A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, torna-se parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas próprias atitudes e observações em campo, suas impressões, irritações, sentimentos, etc. tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação e são, portanto, documentadas em diários de pesquisa. (p. 25)

Assim, o que a teoria feminista propõe não é transformar a subjetividade e as emoções dos pesquisadores e participantes em dados – isso já está contemplado como uma possibilidade metodológica –, mas dar mais visibilidade a esses dados, muitas vezes silenciados no processo de pesquisa e na redação final dos trabalhos. No processo de análise de dados, por exemplo, de entrevistas semiestruturadas ou grupos focais, pode-se dar mais atenção às informações de aspecto emocional: no caso da pesquisa em LA, selecionar excertos que contemplem emoções positivas e negativas ajuda a entender melhor ideologias, o sentimento de pertencimento ao se usar uma língua, as motivações para usá-la ou não (com as devidas implicações na vitalidade e processos de transmissão intergeracional da língua em questão, entre outros). Autoras como Pavlenko (2005) podem apoiar essas reflexões.

Para aqueles que desejam dar mais destaque à própria interpretação dos dados como um caminho central para se chegar aos resultados apresentados, uma estratégia a ser mais explorada é a redação em primeira pessoa. Ao escrever em primeira pessoa, reivindicamos esse lugar. Embora esta seja uma prática bastante habitual nos trabalhos científicos de ciências humanas dos países anglófonos, ainda somos mais conservadores nesse aspecto nas línguas românicas.

Posicionamento Íntimo: A Proximidade aos Participantes de Pesquisa como uma Vantagem

Com base no que expus, me dedicarei brevemente a apresentar uma técnica que utilizei em minha pesquisa e, a meu ver, foi fundamental para os resultados que obtive. Eu a chamo de “posicionamento íntimo” (Moroni, 2017). Em essência, consiste em assumir uma postura situada como pesquisadora, mas indo mais além no seguinte

5. No original: “use of emotion and self-reflection as data”.

aspecto: utilizo-me de vínculos afetivos já existentes na seleção de participantes e, ao longo da pesquisa, reconheço que relações como pesquisadora e participante de pesquisa podem se aprofundar e evoluir para amizades fora do terreno acadêmico.

Reivindico que essa “empatia” ou capacidade para encontrar afinidades com os participantes são algo que beneficiou minha pesquisa. Por exemplo, compartilhar dos mesmos afetos, como o apreço pela associação de famílias onde a pesquisa se realizou, que tanto eu como os participantes frequentávamos com anterioridade à pesquisa, ou estar na mesma condição de “mãe ou pai engajado na transmissão do PLH aos filhos”, são elementos, no meu caso, que ajudaram a construir o posicionamento íntimo e parte daquilo que, para André (2012), nas entrevistas, cria um clima de confiança para que as informações fluam naturalmente e os participantes se sintam à vontade para manifestar opiniões.

Tal proximidade e conexão permitiram, acredito, que os participantes se sentissem à vontade o suficiente durante as entrevistas semiestruturadas para me fornecer informações que possivelmente não revelariam a um desconhecido. Assim, utilizar o posicionamento íntimo como um método de geração de dados é uma inovação a que cheguei embasada pelas teorias feministas e representa uma parte fundamental de meu desenho de pesquisa, tendo determinado os resultados obtidos.

Cabe lembrar que, como em todos os aspectos da pesquisa, há questões éticas que devem ser consideradas ao se optar pelo posicionamento íntimo. Por exemplo, realizar a correta anonimização de dados e trabalhar apenas com os dados cedidos a você durante a pesquisa. Ao utilizar o posicionamento íntimo, é possível que o pesquisador ou pesquisadora tenha mais informação sobre seu participante que as cedidas nos momentos em que está em campo como pesquisador. Essas informações são parte do conhecimento sobre o contexto da pesquisa e podem guiar os dados a serem selecionados para análise ou uma linha de argumentação. Mas a fronteira sobre os momentos em que se obtêm dados para a pesquisa e aqueles em que se convive com o participante em outros contextos deve ser respeitada: só devem ser considerados como dados aqueles gerados de acordo com o que foi informado ao participante no âmbito de sua pesquisa no termo de consentimento livre e esclarecido.

Em relação a uma ética de relacionamentos, a proximidade com os participantes de pesquisa não deve ser buscada de forma utilitária, ou seja, como uma aproximação deliberada cujo único fim é gerar dados mais adequados. Como pessoas que pesquisam, podemos buscar uma postura mais aberta à empatia e propícia a que vínculos emocionais se desenvolvam. Mas, como seres humanos, caso surjam vínculos, devemos prezar que isso ocorra de modo autêntico, por afinidade entre ambas as partes, e com a possibilidade de se estender no tempo após o término da pesquisa, caso ambos desejem.

Como última observação sobre o posicionamento íntimo, destaco que ele reivindica aspectos silenciados na pesquisa em LA: há mais de cem anos os e as linguistas realizam estudos sobre os próprios filhos (Cruz-Ferreira, 2006; Duff, 2012; Deuchar; Quay, 2001; Wray; Bloomer, 2013). Contudo, relatam suas metodologias como se nesses contextos não operassem vínculos afetivos que favoreceram a obtenção de dados e a análise, e isso é parte do que desejo desconstruir numa perspectiva feminista de pesquisa.

Português como Língua de Herança na Catalunha

Após expor alguns dos principais pontos do que a teoria feminista propõe para metodologias de pesquisa, explicarei um pouco mais sobre até onde elas me permitiram chegar em minha pesquisa.

Quando comecei a investigação, em 2013, minhas perguntas estavam relacionadas a ampliar os conhecimentos sobre o PLH, com a intenção de pesquisar uma associação de famílias na Catalunha. Meu ponto de partida era minha história pessoal: a maternidade me trouxe à LA, me inseriu em meu tema de pesquisa (antes que eu soubesse que ele se tornaria tema de pesquisa), e desse lugar da mãe surgiu o que mais tarde se transformou em perguntas de pesquisa. Além do mais, fui uma das fundadoras da associação de famílias em questão, onde conheci mais gente com dúvidas, inquietações e crianças como as minhas. Foi lá que realizei meu trabalho de campo: entre gente conhecida, esmiuçando o que faziam dentro de suas casas e em momentos bastante íntimos. Tratava-se de uma pesquisa situada, consequência de um ativismo que eu já exercia, com um olhar para o cotidiano e a vida doméstica de famílias que usavam uma língua minorizada em seu contexto e com vivências de imigração – as margens por onde transitei e pesquisei.

Foi utilizado um desenho de pesquisa emergente, e as perguntas foram revistas e reajustadas, inclusive após a geração de dados, até se chegar ao objetivo de conhecer as representações (Hall, 2011) dos adultos membros de uma associação de famílias que trabalha com a promoção e manutenção do PLH sobre as políticas linguísticas familiares próprias e da associação, relacionando-as com as ideologias linguísticas da sociedade de acolhida, a Catalunha. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, após um questionário; um grupo focal; observação participante nos espaços da associação; análise dos discursos institucionais da instituição a partir de documentos e publicações.

Nesse momento, por volta de 2013 ou 2014, a discussão sobre PLH estava centrada em entender as heterogeneidades nas competências linguísticas de seus falantes e o que era necessário para que eles as desenvolvessem o máximo possível. A via feminista me permitiu um aprofundamento nessas questões e a possibilidade de olhar, de forma coletiva, para o que havia de emocional nesse terreno, trazendo a afetividade para o primeiro plano.

Hoje, o PLH é entendido não só como proficiência linguística, mas como um vínculo identitário forjado, principalmente, a partir das relações familiares e afetivas mais próximas – e minha pesquisa trouxe contribuições a isso. As experiências vivenciadas com pais, mães e grupos comunitários nos países de residência mundo afora e as vivências de férias e estadias no Brasil são parte da motivação para que a língua seja usada e o que faz com que as crianças e jovens que têm o PLH como parte de seu repertório linguístico se identifiquem como pertencentes a esses espaços. Olhar para as questões afetivas nos permitiu entender que o PLH, na LA, é agora muito mais sobre pertencimento que sobre proficiência linguística, e que é possível pertencer aos espaços em que a língua portuguesa, em contexto de herança, é usada com graus de proficiência linguística muito heterogêneos, inclusive os mais baixos.

Defendi minha tese em 2017, na Universidade de Campinas (Unicamp). Como muitos doutorandos, fui para a defesa bastante cansada e cheia de dúvidas, mas com a certeza de que, epistemologicamente, aquele era o caminho que eu desejava seguir e no qual acreditava, também para ajudar a construir uma forma de fazer pesquisa válida e possível para mais pessoas, fossem homens, mulheres ou de outro gênero – mas, sim, principalmente para as mulheres.

Ainda tenho algumas dúvidas importantes, por exemplo, entender se realmente é possível chamar a contribuição das mulheres pesquisadoras no PLH, seja como ativistas ou como pesquisadoras, de “protagonismo”, ou se esse é um fator que faz com que o campo ainda seja marginal e disponha, no caso brasileiro, de políticas públicas frágeis, estruturadas com trabalho voluntário de uma maioria feminina (Moroni, 2021b).

Outra dúvida diz respeito a como podemos ampliar a pluralidade de vozes e epistemologias na tradição científica ocidental em que estamos inseridos. Desejo que o conhecimento gerado sobre o PLH possa impactar, por exemplo, na gestão e vitalidade das línguas de herança dos espaços onde o português é majoritário – seja no Brasil, na Europa ou na África.

Espero que a discussão apresentada nestas linhas ajude as novas gerações de pessoas que pesquisam a se apropriar, se assim desejarem, de um enfoque feminista em suas pesquisas, sem medo de trilhá-lo. Como argumentei, embora muitas das teorias utilizadas na LA estejam alinhadas com a teoria feminista, a perspectiva feminista é, em boa medida, um exercício de reivindicação que se concretiza não só nos dados e conclusões apresentadas, mas na voz que narra a pesquisa e em como ela pode assumir, de modo mais explícito, os pontos listados anteriormente.

E, como quem desconfia de um final feliz, deixo o convite para que os relatos e as vozes de pesquisas feministas cheguem até nós com mais frequência. Para isso, concluo estas reflexões com uma fórmula que convida a narrar e ouvir novas boas histórias e celebra a oralidade, os atos de fala onde tudo começa para quem deve ouvir seus participantes: “Entrou por uma porta, saiu pela outra, quem quiser que conte outra”.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas, Papirus, 2012.
- ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *Histoire de la vie privée*. Paris, Seuil, 1989.
- ATAÍDES, F. B.; OLIVEIRA, G. S. & SILVA, A. A. de F. “A Etnografia: Uma Perspectiva Metodológica de Investigação Qualitativa”. *Cadernos da Fucamp*, vol. 20, n. 48, pp. 133-147, 2021,.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: O Que é, Como Se Faz*. São Paulo, Edições Loyola, 2007.
- BASTARDAS-BOADA, A. & MASSIP-BONET, À. (orgs.). *Complexity Perspectives on Language, Communication and Society*. Berlim, Springer, 2013.
- BAUMAN, Z. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

- BIZON, A. C.; DINIZ, L. R. & CAMARGO, H. R. *Vamos Juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento*. Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.
- BLOMMAERT, J. *Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes: Chronicles of Complexity*. Bristol, Multilingual Matters, 2013.
- CALDAS, S. J. “Language Policy in the Family”. In: SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012, pp. 351-373.
- CANAGARAJAH, S. *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. Nova York, Routledge, 2013.
- CRUZ-FERREIRA, M. *Three is a Crowd? Acquiring Portuguese in a Trilingual Environment*. Clevedon, Multilingual Matters, 2006.
- DEUCHAR, M. & QUAY, S. *Bilingual Acquisition: Theoretical Implications of a Case Study*. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- DÖRNYEI, Z. *Research Methods in Applied Linguistics*. Oxford, Oxford University Press, 2007.
- DUFF, P. *Case Study Research in Applied Linguistics*. Nova York, Routledge, 2012.
- ENGEL, M. “Psiquiatria e Feminilidade”. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2015, pp. 322-361.
- FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 23. ed., São Paulo, Graal, 2004.
- GARCEZ, P. M. & SCHULZ, L. “Olhares Circunstanciados: Etnografia da Linguagem e Pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil”. *DELTA – Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol. 31, n. 4, pp. 1-34, 2015.
- GARCÍA, O. *Bilingual Education in the 21st Century: A Global Perspective*. Chichester, Wiley-Blackwell, 2009.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2011.
- HORTON, G. “Não é tão simples”: *Perspectives of Non-Brazilian Parents on Family Language Policy in Mixed-Brazilian Families in Catalonia*. Dissertação de mestrado, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2021.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. & RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-brasileiro*. Salvador, EDUFBA, 2009.
- MAHER, T. J. M. “Do Casulo ao Movimento: A Suspensão das Certezas na Educação Bilíngüe e Intercultural”. In: CAVALCANTI, M. C. & BORTONI-RICARDO, S. M. *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, Mercado de Letras, 2007, pp. 67-96.
- _____. *Ser Professor Sendo Índio: Questões de Língua(gem) e Identidade*. Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem, Unicamp, 1996.
- MASSIP, À. & BASTARDAS, A. (orgs.). *Complexica: Cervell, societat i llengua des de la transdisciplinarietat*. Barcelona, Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2015.
- MOITA LOPES, L. P. “Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos Construtos Que Têm Orientado a Pesquisa”. In: _____ (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo, Parábola, 2006a, pp. 85-107.

- _____. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo, Parábola Editorial, 2006b.
- MORONI, A. “Desejo de Conciliação e Lugar de Fala: Discutindo Conceitos para a Atuação de Formadores de Português como Língua Não Materna”. *Platô – Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, vol. 4, n. 8, pp. 34-57, 2021a.
- _____. “O Papel do Progenitor Não Brasileiro na Transmissão do PLH: Suas Práticas Linguísticas e o Impacto na Proficiência dos Filhos”. *Revista Domínios de Linguagem*, vol. 12, n. 2, pp. 1233-1266, 2018.
- _____. “Políticas Públicas para o Português como Língua de Herança: Política Linguística ou Linguística Política?”. In: *O POLH na Europa: Português como Língua de Herança*. Vol. 3: *Itália*. Almada, Sagarana, 2021b.
- _____. *Português como Língua de Herança na Catalunha: Representações sobre Identificação, Proficiência e Afetividade*. Tese de doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- “MULHERES no Prêmio Nobel 2020”. *Isomeria*, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.quimica.ufpr.br/paginas/isomeria/mulheres-no-premio-nobel-de-2020/>. Acesso em: set. 2021.
- PAVLENKO, A. *Emotions and Multilingualism*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- PERROT, M. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2015.
- RAJAGOPALAN, K. “Performativity and the Claims of Scientificity of Modern Linguistics”. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol. 28, n. 1, 2012, pp. 85-103.
- RIBEIRO, D. *Lugar de Fala*. São Paulo, Pólen, 2019.
- RUBIM, A. C. *O Reordenamento Político e Cultural do Povo Kokama: A Reconquista da Língua e do Território Além das Fronteiras entre o Brasil e o Peru*. Tese de doutorado, Brasília, Universidade de Brasília, 2016.
- SANTOS, B. S. (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. “Um Discurso sobre as Ciências” Revisitado*. Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- SIGNORINI, I. *Investigações sobre Linguagem Situada*. São Paulo, Parábola, 2008.
- SOUZA, A. & SILVA, K. A. (orgs.). *O Ensino de Português do Brasil: Uma Herança, um Acolhimento*. Londres, JNPbooks, 2020.
- SPRAGUE, J. & ZIMMERMAN, M. K. “Overcoming Dualisms: A Feminist Agenda for Sociological Methodology”. In: HESSE-BIBER, S. N. & LEAVY, P. (orgs.). *Approaches to Qualitative Research*. Oxford, Oxford University Press, 2004, pp. 39-61.
- WRAY, A. & BLOOMER, A. *Projects in Linguistics and Language Studies*. Routledge, Nova York, 2013.